

POBREZA, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO SUPERIOR: PROUNI

João Antonio da Costa Junior¹
Ana Maria Coelho Pereira Mendes²

RESUMO

O acompanhamento de programas sociais é dever do cidadão, na mesma proporção que garante a qualidade da política pública. Parte-se, portanto, do objeto de estudo que é o acesso à educação superior de alunos PROUNI (Programa Universidade para Todos), tendo como público-alvo os alunos PROUNI. O objetivo geral é analisar como a política pública de educação promove a inclusão social. Para tanto, a metodologia de pesquisa parte de procedimentos exploratórios com pesquisa documental e pesquisa bibliográfica em fontes sobre o tema educação superior, programas sociais de inclusão e análise do crescimento do programa em séries históricas. Outro procedimento adotado é a pesquisa de levantamento com toda a população de bolsistas do programa, por meio de um questionário com questões de múltipla escolha. Como mais de 50% do público-alvo respondeu ao questionário, a triangulação de fontes de evidência permite consolidar dados. Os dados mostram que o programa cresceu e que a instituição se apresenta acolhedora aos bolsistas. A pesquisa de levantamento possibilita identificar também os processos integrativos na instituição e, principalmente, processos inclusivos e melhoras econômicas na situação social dos beneficiários do programa.

Palavras-chave: PROUNI. Inclusão Social. Educação Superior.

¹ Acadêmico do 3º ano do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014) da mesma Instituição. *E-mail*: joao.costa@construtoralaguna.com.br.

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professora da FAE Centro Universitário. Orientadora do Programa de Apoio à Iniciação Científica da mesma Instituição. *E-mail*: ana.mendes@fae.edu.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa legislativamente o ingresso de alunos no Ensino Superior por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI), considerando o perfil e as pré-condições sociais destes sujeitos, buscando identificar e compreender as transformações das situações decorrentes da inclusão no ambiente acadêmico.

A Conferência Regional Preparatória de Havana, em novembro de 1996, produz dois documentos com recomendações para a Conferência Mundial; o Informe Final e a Declaração sobre Educação Superior na América Latina e no Caribe (MENDES, 2003).

O Informe Final contextualiza a universidade em “um horizonte obscurecido pela pobreza, o desemprego, a desigualdade de acesso à saúde e à educação, a violência e a destruição do meio ambiente [...]”. Expressa a preocupação com a grande expansão da educação superior no continente e a concomitante redução dos orçamentos e a baixa remuneração docente. Defende que a qualidade deve estar ligada à pertinência social da universidade e que a prestação de contas à comunidade é imprescindível (WERTHEIN; CUNHA, 2000, p.37).

Para melhor entender as mudanças nas estruturas sociais e culturais dos beneficiários com o programa, foi desenvolvido um breve levantamento histórico sobre o contexto da educação brasileira antes da promulgação da lei 11.096/2005 que legitima a disponibilidade de bolsas integrais e parciais em estabelecimentos privados de Ensino Superior, assim como as especificidades da referida lei em prol dos favorecidos com o PROUNI.

O estudo em questão destina-se a uma investigação exploratória e descritiva com base nas transformações, vivências e experiências identificadas pelos próprios alunos, descrevendo e analisando a relação entre as instituições privadas e sociedade que promovem acessibilidade à educação aos estudantes egressos do Ensino Médio sem diploma de nível superior, considerando a falta de recursos financeiros por meio da demonstração de baixa renda familiar, garantindo uma primeira etapa de inclusão social pela via da educação superior.

1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO PAÍS

Os lusitanos, logo que chegaram ao Brasil em 1500, depararam-se com populações aqui existentes, as quais habitavam primitivamente, sem uma sociedade estruturada. Com a preocupação de sobreviver coletivamente, apropriam-se exclusivamente dos meios indispensáveis à subsistência (SAVIANI, 2011, p. 33). O país foi introduzido nas concepções ocidentais por interferência de três organismos conexos entre si: a

colonização, a educação e a catequese (SAVIANI, 2011, p. 26). O sistema educacional na colônia baseava-se na educação religiosa, uma vez que a Companhia de Jesus era a única responsável pelo ensino, porém essa situação não se reduzia à catequização, como relata Ribeiro (2007, p. 24): “a educação profissional (trabalho manual), sempre muito elementar diante das técnicas de trabalho, era feita por meio do convívio, no ambiente de trabalho, quer de índios, negros ou mestiços”.

Entretanto, as questões educacionais começam a despertar interesse crescente na época da República, sendo discutidas pelos intelectuais e políticos da época. Várias ideias indispensáveis, sendo elas a modernização do Brasil e estruturação de um Estado nacional, antiliberal e descentralizador, resultando em um movimento primordial perante essa discussão, a revolução de 1930 (SHIROMA, 2004, p. 17).

O Ministério da Educação e Saúde tinha como finalidade estruturar um ensino de acordo com “a modernização que se almejava para o país e que se constituísse em complemento da obra revolucionária”, orientando e organizando a nova nação a ser encadeada em meados da República Nova (SHIROMA, 2004, p. 17).

Em 1937, refletindo as tendências fascistas do Estado Novo, entra em vigência a nova constituição, a partir de então acabou reduzindo-se algumas conquistas realizadas, como o dever do Estado como educador.

Nos primeiros anos do Estado Novo, por força do fechamento político e suspensão das liberdades civis, o debate educacional foi caracterizado por reduzida circulação de ideias. Da parte do governo nenhuma movimentação significativa na definição de políticas para educação se anunciou até 1942, quando o então ministro da educação e saúde pública, Gustavo Capanema, implementou uma série de reformas que tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que flexibilizaram e ampliaram as Reformas Campos (SHIROMA, 2004, p. 26).

Apesar das significativas mudanças que as Leis Orgânicas propiciaram, persistia o velho dualismo: as classes mais favorecidas da população procuravam o Ensino Secundário e o Ensino Superior para sua formação, e aos trabalhadores restavam as escolas primárias e o ensino profissional para uma rápida preparação para o mercado de trabalho. Como estas escolas não proporcionavam preparação adequada e no tempo em que as indústrias necessitavam, foi criado, por iniciativa dos empresários, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para suprir a defasagem do Estado.

Surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que é uma ferramenta normativa fundamental para determinação de um sistema nacional de educação. E por meio dela que se dá todas as diretrizes e normatizações dos processos educacionais nacionais. Fixando as diretrizes da educação nacional, ou seja: estabelece os parâmetros, os princípios e rumos que se deve fixar à educação no país (SAVIANI, 2011, p. 189).

1.1 ACESSO À EDUCAÇÃO PARA TODOS

Com base nos estudos realizados por Mendes (2013), é possível destacar o caráter de comprometimento da UNESCO com o desenvolvimento dos povos e a justiça social por meio da educação. Tal preocupação se consolida pelas diversas parcerias com as instituições de Ensino Superior e de Pesquisa, no mundo todo. A autora salienta ainda que “todas as recomendações do órgão para a política de educação inclusiva rebatem diretamente em seus diferentes níveis. Desde a alfabetização de adultos até o ensino considerado de terceiro e quarto graus”.

Um dos marcos recentes e importantes do direito à educação foi a Declaração Mundial de Educação para Todos, resultado da Conferência de Jomtien, Tailândia, realizada em março de 1990 [...]. A Declaração de Hamburgo de 1997, que reafirma o compromisso de eliminar o analfabetismo e assegurar a educação para todos ao longo de toda a vida, e a recente Recomendação de Seul, que reconhece o direito de educação técnica e profissional para todos (WERTHEIN; CUNHA, 2000, p. 28).

Foi a ênfase inicial nas ações da educação para todos que desencadeou demandas sequenciais para todos os níveis, conforme vislumbrado por todos os responsáveis pelos estudos empreendidos. Mas foi somente a partir da 27ª sessão da Conferência Geral de 1993 que os Estados-membros da UNESCO, avaliando as mudanças estruturais substantivas nas paisagens da sociedade mundial, resolvem estimular a formulação de uma política aplicável à totalidade do Ensino Superior. Em consequência desse movimento específico, “em 1995, a UNESCO publica o documento de orientação intitulado Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior” (WERTHEIN; CUNHA, 2000, p. 29), identificando aspectos comuns aos sistemas educacionais como suas tendências mais significativas: (1) expansão quantitativa com acesso desigual do público-alvo entre países e regiões; (2) estruturas institucionais, programas e formas de estudo diversificadas; e (3) dificuldades de financiamento do setor pelos organismos financeiros internacionais. Ou seja, as mudanças estruturais no tecido social não estavam sendo acompanhadas pela educação superior. Mesmo porque as demandas oriundas do Ensino Básico e fundamental não estavam encontrando condições de serem absorvidas pelo Ensino Superior, “sobretudo em relação à expansão quantitativa e à necessidade de diversificação da oferta face às mutações que estavam sendo operadas no mercado de trabalho” (WERTHEIN; CUNHA, 2000, p. 29-30).

Os Objetivos do Milênio³ apresentados pela Organização das Nações Unidas (ONU), do qual o Brasil é signatário, concretiza os debates e resoluções anteriores ao estabelecer como segundo objetivo atingir o Ensino Básico universal.

1.2 POLÍTICA PÚBLICA E EDUCAÇÃO

Assim, a política pública interveio para consolidar direitos prescritos e legitimados pela Constituição Federal de 1988, em que a Educação é dever do Estado, mesmo que o direito à educação venha cancelado pela necessidade do mercado de recuperar a condição de empregabilidade e capacitação da mão de obra para sua absorção. O mercado está carente porque negligenciou a demanda para o desenvolvimento sustentável dos recursos humanos. O Estado precisa criar estratégias de recuperação das condições históricas da exclusão do pobre do mercado de trabalho qualificado, só possível pela via da educação (MENDES, 2003).

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, a ênfase dada à educação como processo fundamental que valoriza o sujeito em sua totalidade começa a ser concretizada com a referência ao estudo de Philip H. Coombs sobre a crise mundial da educação⁴, elaborado em 1968, para ações de enfrentamento à questão proposta. “Coombs reconhecia nesse ensaio o caráter mundial da crise em educação e advertia que educar uma nação e manter o sistema educacional desta nação ajustado a sua época” era uma empreitada “mais difícil do que enviar um homem à lua” (WERTHEIN; CUNHA, 2000, p. 9). Esse ensaio foi elaborado tendo como cenário o turbilhão das rupturas engendradas pelos jovens europeus, que culminou na Primavera de Paris. O contexto político e cultural questionava os sólidos e tradicionais sistemas de educação e sua relação com o Estado, como o modelo de universidade napoleônica, no caso francês, ou o modelo de universidade voltado para um saber descompromissado com as questões sociais cotidianas, dito autônomo e independente, da universidade humboldtiana, como no caso alemão.

O Relatório Faure, coordenado por Edgar Faure, em 1972, foi o marco da Organização em relação ao foco na educação. O relatório final foi orientado por quatro postulados: (1) compromisso coletivo universal, (2) respeito à individualidade enquanto projeto pessoal, (3)

³ 8 Jeitos de Mudar o Mundo (ONU, 2000) estabelece 8 objetivos de desenvolvimento dos povos, sendo eles: (1) Erradicar a extrema pobreza e a fome; (2) Atingir o Ensino Básico universal; (3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; (4) Reduzir a mortalidade infantil; (5) Melhorar a saúde das gestantes; (6) Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; (7) Garantir a sustentabilidade ambiental; (8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

⁴ “Embora tal estudo não seja uma iniciativa direta da UNESCO, o fato de seu autor ter sido Diretor do Instituto Internacional de Planejamento da Educação da UNESCO e de ter utilizado os dados e a assistência do IIPÉ, o coloca como precursor no esforço para se ter uma visão crítica da educação em escala mundial” (WERTHEIN; CUNHA, 2000, p. 8)

respeito à individualidade e à diversidade cultural e (4) compromisso com a autonomia do indivíduo para sua conquista constante do conhecimento (FAURE, 1974).

Constata-se nesses postulados que, além de transcendentais e atuais, eles enfatizam a função libertadora da escola, antecipando a revolução tecnológica como agente de uma revolução intelectual na produção do conhecimento.

1.3 CARACTERÍSTICAS DO PROUNI

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), promulgado por meio da lei 11.096/2005, tem como propósito a disponibilidade de bolsas parciais e integrais para cursos de especialização e graduação em estabelecimentos privados de ensino, sendo que estas recebem isenção tributária (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

É um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Podem participar: Estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais da própria escola; Estudantes com deficiência; Professores da rede pública de ensino do quadro permanente que concorrerem a cursos de licenciatura, nesse caso não é necessário comprovar renda. Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve comprovar renda bruta familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais (50%), a renda bruta familiar deve ser de até três salários mínimos por pessoa (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

A metodologia do processo seletivo do Programa Universidade para Todos tem apenas uma fase de inscrição, sendo ela gratuita e realizada unicamente pela internet, por meio da página do PROUNI. O sistema classifica os candidatos de acordo com as notas obtidas no Enem, para tal eles necessitam alcançar o mínimo de 450 pontos na média das notas da prova. É necessário que o concorrente obtenha em redação nota superior à zero. Esses resultados são utilizados como critérios para a disponibilidade das bolsas de estudo.

1.4 ACESSIBILIDADE POR MEIO DO PROUNI

Lógico que além de comprovar precariedade salarial, o possível egresso deve provar que é bom aluno.

Conforme o art. 3º da lei 11.096/2005:

O estudante ao ser beneficiado pelo PROUNI será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de Ensino Superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato

Há, portanto, triangulação de responsabilidades pelo poder público, pela instituição e pelo próprio aluno. Esse compromisso pelo desempenho de todas as partes é o que garante o programa como política social de inclusão e cidadania.

2 A PESQUISA

Segue o QUADRO 1 que apresenta o percurso metodológico do estudo em tela:

QUADRO 1 – Desenho metodológico proposto para o estudo – 2013

Objetivos específicos	Procedimentos de pesquisa	Fonte de coleta de dados	Instrumentos e técnicas de coleta de dados	População e critérios de eleição (amostra)
a) Realizar levantamento das características do PROUNI a partir da evolução histórica da educação nacional.	Pesquisa exploratória (documental)	Site oficial do Governo Federal	Roteiro de análise de conteúdo	Site oficial MEC
c) Identificar as condições de acesso do aluno PROUNI ao programa oficial.	Pesquisa exploratória (documental)	Site oficial do Governo Federal	Roteiro de análise de conteúdo	Site oficial MEC
b) Identificar as transformações sociais relacionadas aos beneficiários do programa com característica de condições de inclusão (indicadores sociais).	Pesquisa de levantamento (questionário)	Instituições privadas de Ensino Superior	Formulário (instrumento) questionário (técnicos)	Discentes beneficiários pelo PROUNI.

FONTE: Os autores (2013)

O caminho metodológico, com a possibilidade de continuidade, segue duas fases distintas. Uma fase exploratória com pesquisa documental em *sites* oficiais sobre o programa PROUNI com a coleta de dados para caracterizar a série histórica de participação dos alunos no programa e análise dos resultados, com o perfil social

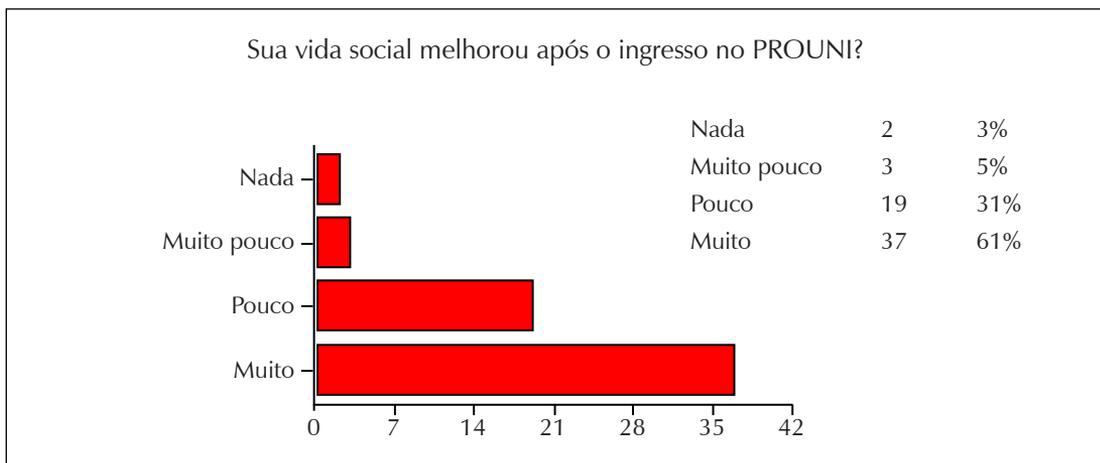
(que caracteriza as condições de exclusão social). Outra fase que requer pesquisa de levantamento com beneficiários do programa para descrever as condições objetivas de transformação social. Essa etapa, com estudos de caso de alunos do programa, propõe-se ao estudo das percepções iniciais sobre sua transformação social diante de uma realidade na qual o beneficiário vai criar suas relações cidadãs.

A fase inicial da pesquisa de levantamento precisa de aplicação de questionário, elaborado com questões fechadas de múltiplas escolhas, mas com possibilidade de perguntas abertas.

2.1 SATISFAÇÃO COM O PROGRAMA – PROUNI

A coleta de dados para o trabalho de pesquisa foi realizada com alunos beneficiários pelo PROUNI estudando em instituição privada, tendo 61 (sessenta e um) acadêmicos como respondentes de um total de 350 (trezentos e cinquenta) acadêmicos. Conforme o GRÁF.1 a seguir, salienta-se a melhora nos relacionamentos sociais dos respondentes, ou seja, a inclusão social, aqui identificada como ampliação das relações sociais dos beneficiários pelo PROUNI acontece com 61% (sessenta e um por cento).

GRÁFICO 1 – Melhora na vida social dos beneficiários após o ingresso deles no programa – 2014

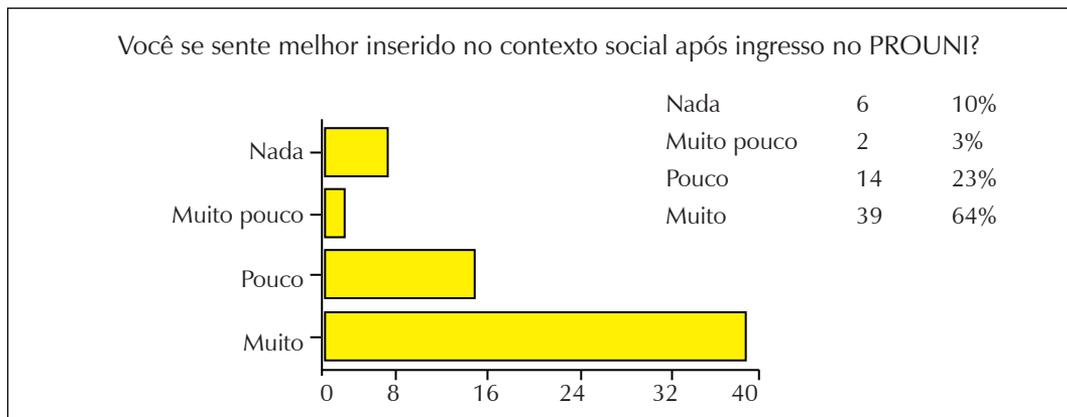


FONTE: Os autores (2014)

A questão a seguir, destacada no GRÁF. 2, ressalta a inclusão social quando 64%

(sessenta e quatro por cento) dos respondentes afirmam que se sentem melhor inseridos no contexto social após ingresso no PROUNI.

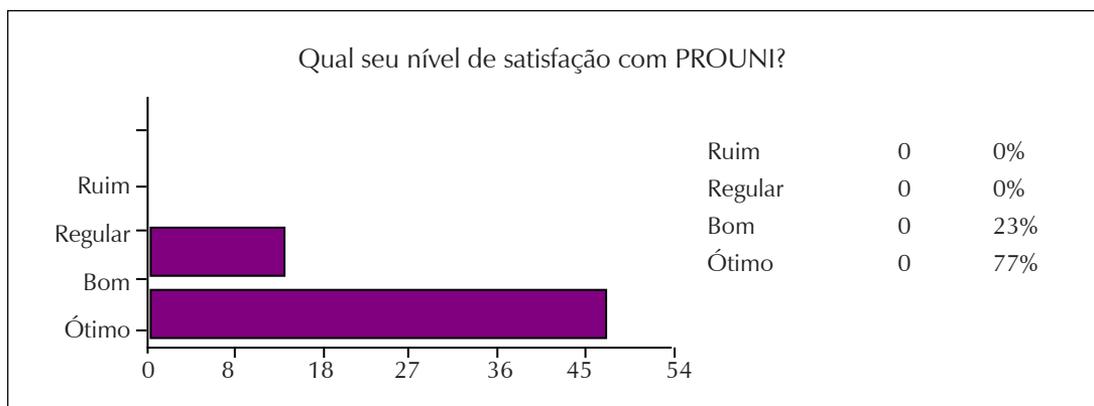
GRÁFICO 2 – Melhora na inserção social dos beneficiários após o ingresso deles no programa – 2014



FONTE: Pesquisa de levantamento (maio de 2014)

A importância do programa, o ingresso ao Ensino Superior e melhora no contexto social se concretizam e ficam evidentes com o nível de satisfação dos respondentes conforme o GRÁF. 3 a seguir, em que 100% dos participantes assinalam o item “ótimo” e “bom”.

GRÁFICO 3 – Nível de satisfação dos beneficiários com o PROUNI – 2014



FONTE: Pesquisa de levantamento (maio de 2014)

2.2 INTERPRETAÇÃO À LUZ DA TEORIA

O ingresso de alunos ao Ensino Superior por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI) considera, primeiramente, o perfil e as pré-condições sociais dos sujeitos de direito.

As condições após o ingresso dos bolsistas promove efetivamente transformações das situações decorrentes da inclusão no ambiente acadêmico. Tanto que o levantamento consegue indicar tendências ocorridas nos novos ingressantes na instituição, abordada como unidade de análise, sem contudo configurar um estudo de caso. O levantamento prestou-se, justamente, a identificar tais tendências ao processo de inclusão social que a educação superior promove juntamente com o programa social.

O que se pode verificar é que existe o entendimento da instituição como acolhedora, mesmo que não seja feito nenhuma abordagem específica aos beneficiários do programa.

Quanto à situação de inclusão no mercado de trabalho, todos os sujeitos da pesquisa já estavam empregados, embora a pesquisa demonstre aumento na renda familiar.

Na avaliação dos alunos respondentes quanto aos pontos positivos (ANEXO A) e pontos negativos (ANEXO B), a questão aberta identifica sugestões em linhas gerais. Como ponto positivo em destaque está a satisfação de estar estudando em uma instituição privada de qualidade de sua escolha, só possibilitada pelo programa de inclusão. Os pontos negativos (ANEXO B) são críticas ao governo que não dá conta da qualidade para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, comprometendo a formação superior.

No contexto da educação brasileira com a promulgação da lei 11.096/2005, que legitima a disponibilidade de bolsas integrais e parciais em estabelecimentos privados de Ensino Superior, assim como as especificidades da referida lei em prol dos favorecidos com o PROUNI, constata-se o bom desempenho institucional ao programa, assinalado pelos seus usuários.

CONCLUSÃO

Historicamente o Ensino Superior foi elitizado no país, desde a chegada dos colonos até os dias atuais, em que há inversão de valores quando os alunos do Ensino Fundamental e Médio de instituições privadas têm maior incidência de ingresso no Ensino Superior público, condicionando ao aluno menos favorecido ingressar em instituições privadas.

Para tal, a lei 11.096/2005, ressaltando sua jovialidade, surge para desmistificar a elitização do Ensino Superior, demonstrando a preocupação do Governo Federal com a classe menos favorecida, garantindo uma possibilidade relevante de melhoria nas condições sociais dos cidadãos. Porém, se faz necessária ampla reflexão quanto à efetividade de tal lei, uma vez que ela resolve os efeitos de uma educação básica ineficiente, ou seja, o não ingresso dos “desfavorecidos” ocorre pela falta de assertividade nas políticas educacionais para educação, assim como a precariedade nas condições sociais, tornando a lei do PROUNI paliativa para mascarar as verdadeiras causas da baixa competitividade dos alunos de instituições públicas, tanto nos vestibulares quanto no mercado de trabalho.

É importante ressaltar a satisfação dos alunos PROUNI com o programa, assim como a efetividade do sucesso de inclusão social deles. A necessidade de políticas que garantam melhoria das condições da sociedade é fundamental para o crescimento profissional e intelectual dos cidadãos. Para tal, as instituições que promovem o programa têm por finalidade realizar ações que melhorem a adaptação e permanência dos alunos PROUNI na organização.

Portanto, como a Conferência Regional Preparatória de Havana, em novembro de 1996, produz documentos com recomendações para a Conferência Mundial, o Informe Final e a Declaração sobre Educação Superior na América Latina e no Caribe (MENDES, 2003) destaca a Educação Superior. A educação superior aparece como “um horizonte obscurecido pela pobreza, o desemprego, a desigualdade de acesso à saúde e à educação, a violência e a destruição do meio ambiente”, e, por isso, pode-se afirmar que a qualidade da IES em questão está ligada à pertinência social, sendo este estudo uma prestação de contas à comunidade (WERTHEIN; CUNHA, 2000, p. 37).

Conclui-se que a educação superior caminha para uma qualidade suficiente na busca pela inclusão social. As políticas, diretrizes e projetos direcionam o Ensino Superior para um bom desenvolvimento da sociedade, porém é necessário que se desenvolva também mecanismos para solucionar os problemas com a educação básica e fundamental do país, as quais são condições de ingresso ao Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 13 de janeiro de 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROUNI**: apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=205&Itemid=298>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. **PROUNI**: universidade para todos. Disponível em: <<http://sitePROUNI.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2013.

CLARK, J. U.; NASCIMENTO, M. N.; M. SILVA, R. A. A administração escolar no período do governo militar (1964–1984). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.124-139, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art9_22e.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

DELORS, J. et al. **Educação**: um tesouro a descobrir; relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Trad.: José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 1998.

FAURE, E. **Aprender a ser**. Lisboa: Bertrand, Difusão Europeia do Livro, 1974.

MENDES, A. M. C. P. **Avaliação acadêmica institucional na universidade**: conhecendo e transformando o ensino superior. 2003. 272f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2003.

_____. **Pobreza, inclusão e educação superior**: PROUNI. Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa Acadêmico de Iniciação Científica – PAIC, do Núcleo de Pesquisa Acadêmica – NPA, da FAE Centro Universitário, 2013.

SANTOS, B. de S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. In: _____. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000. v. 1.

UNESCO. **Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior**. Tradução e revisão: Laura A. Ferratini Fusaro. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: UNESCO, 1999.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **História, educação e transformação**: tendências e perspectivas para educação pública no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2011.

SHIROMA, E. O. **Política educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

WERTHEIN, J; CUNHA, C. **Fundamentos para uma nova educação**. Brasília: UNESCO, 2000. (Cadernos UNESCO Brasil. Série Educação; v. 5).

ANEXO A – PONTOS “POSITIVOS” DO PROUNI

Cite pontos “positivos” do PROUNI:

No ato de renovações comunica perfeitamente sem deixar o aluno em desamparo. Oportunidade de estudo. O desconto me permitiu ingressar em uma faculdade que sempre estive em primeiro lugar na minha lista para o curso de Administração. Se não fosse pelo PROUNI eu não estaria na FAE porque não teria condições de pagar a faculdade, visto que não dependo dos meus pais e sou totalmente independente. Possibilidade extraordinária de diminuir a desigualdade social de nosso país. Facilita o pagamento da mensalidade. Oportunidade para todos. Desconto na mensalidade e estrutura excelente sem este programa não existe possibilidade alguma para que eu possa cursar o Ensino Superior. Adquirir uma graduação. Oportunidades a partir do estudo que oferece, abrindo assim um amplo leque de desenvolvimento para o discente em diversas áreas. Por não pagar a faculdade pude cursar minha faculdade. Oportunidade de graduação, nada a declarar. DESCONTO. Benefício financeiro Inclusão e oportunidade. Deixa a faculdade mais acessível, facilita o ingresso no Ensino Superior, possibilita o acesso a instituições privadas de nomes renomados e amplia o acesso a educação superior. Poder fazer uma faculdade boa pagando menos. Acesso à universidade. Chance de poder estudar. Oportunidade para alunos com potencial, porém menos favorecidos financeiramente. Inclusão ingresso de alunos baixa renda à faculdades excelentes. Desconto no valor da mensalidade. Não conseguiria ter acesso ao Ensino Superior sem essa oportunidade. Mais chances de o jovem cursar Ensino Superior; faz com que o bolsista se dedique mais para manter bolsa. Oportunidade de estudar em uma instituição particular. Possibilidade de inserção na faculdade e ajuda no crescimento profissional e pessoal. Meu curso é tecnólogo de RH e não ADM, como citado na pesquisa. Oportunidade de desenvolvimento Proporciona a possibilidade de pessoas que não tem condição façam uma faculdade. Ótima oportunidade para quem tem que trabalhar e ajudar no sustento da família conseguir ingressar no Ensino Superior. Ele fornece oportunidade de concluir o ensino superior para alunos que não têm condições de pagar a mensalidade. Desconto na mensalidade. Não sei. Oportunidade: dar oportunidades para pessoas sem ou com pouca possibilidade de fazer um curso superior. ORGANIZAÇÃO. Me permite cursar o curso que sempre almejei. Inserção em faculdades particulares utilidade. Ingresso em uma instituição considerada a melhor no curso. Acessibilidade. O valor que a bolsa me paga, economizo bastante. INSERÇÃO SOCIAL. Integração. O PROUNI dá a oportunidade para pessoas que, assim como eu, não possuem condições de pagar uma faculdade, cursarem o Ensino Superior. Oportuniza ensino para pessoas de baixa renda. A oportunidade de acesso ao Ensino Superior facilita o ingresso de pessoas que não tiveram a condição de estudar em instituições particulares por não ter recursos financeiros. É também uma grande ferramenta de transformação social. Oportunidades. Consegui fazer faculdade.

ANEXO B – PONTOS “NEGATIVOS” DO PROUNI

Cite pontos “negativos” do PROUNI:

Informação é a dificuldade em conseguir. Não há nenhum. Não tem renovação de bolsas semestralmente. NENHUM. Não há. Não os vejo. A única questão é a nota de corte em relação ao rendimento do aluno. Concordo que deve haver uma maneira de avaliar e incentivar o aluno, mas também tem que ser levado em consideração as dificuldades que este aluno enfrenta. Sai de um ensino público defasado, tem que trabalhar durante a semana e finais de semana para ter uma renda para cobrir seus gastos pessoais e com materiais da faculdade, tudo isso influencia e muito no desenvolvimento do aluno. Na minha, opinião não tem pontos negativos, pois fui beneficiada e estou muito satisfeita. Bolsas disponíveis de 50%. Não vejo. Mais informações sobre processos e oportunidades para bolsistas A discriminação por parte de alguns alunos. Hoje, particularmente não falo que sou bolsista. Pouco aproveitado pela população. Nenhum - Contribui para a privatização do Ensino Superior, permitindo que as instituições privadas detenham recursos que poderiam ser utilizados na ampliação e/ou construção de universidades públicas e na melhoria da qualidade do ensino superior público. O que também ampliaria o acesso a educação superior, com a vantagem de ser pública não têm nada a declarar não sei responder. Desconheço. Nada a declarar. Burocrático. Se sentir ameaçado a não poder mais aproveitar das vagas remanescentes e ter que estudar no seu turno, mesmo com a justificativa de que se é bolsista e precisa trabalhar no período integral pra pagar suas contas. Gastos do governo. Não sei nenhum. nd. Acredito que o ponto mais negativo do PROUNI é a baixa tolerância com as reprovações. Deveria ser permitido um número maior de reprovações sem que houvesse a perda do benefício pois nem todos reprovam por não terem estudado. A burocracia é gigante, levei 3 anos passando com nota pra conseguir a bolsa. Não ao PROUNI, mas a instituição deve oferecer mais bolsas e divulgar esta oportunidade nas escolas públicas. Não há Cotas por cor, acredito que devem ter cotas sim, mas para quem estudou em escola pública e não por cor. Desconto caso haja reprovação. Prazos. Perder a bolsa por motivo de dependência. Muitos trabalhamos e estudamos, isso dificulta o aprendizado e pode influenciar a pegar uma dependência. Não tenho críticas. Não há possibilidade de ingressar na faculdade duas vezes pelo PROUNI. Não nos ajuda a sermos inseridos no mercado de trabalho. Não vejo nenhum ponto negativo. Não sei. Oferta poucas vagas em cidades pequenas. Não há. Poder ser utilizado apenas uma vez. Não há condições para manter a bolsa. NÃO HÁ. Muita burocracia para se provar que “é pobre”, muitos documentos inúteis. NADA. Até o momento não tem. Medo de perder a bolsa. Número de bolsas e opções de cursos ofertados. Estou cursando ADM por falta de opção de bolsa no curso que eu realmente gostaria de fazer. Até o momento, não encontrei ponto negativo do PROUNI